

INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES INTEGRADAS DO CTUM
CURSO DE LICENCIATURA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

INGRID BLEIDÃO ATHAYDE
VANESSA BAHIANSE COSMO

ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS E ADULTOS (EJA)

SERRA
2012

INGRID BLEIDÃO ATHAYDE
VANESSA BAHIANSE COSMO

ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS E ADULTOS (EJA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Superior de Educação da Serra do Instituto Ensinar Brasil como requisito parcial para à obtenção do título de licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr^a. Ana Paula Valentin Pereira

SERRA
2012

INGRID BLEIDÃO ATHAYDE
VANESSA BAHIANSE COSMO

ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS E ADULTOS (EJA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Superior de Educação da Serra
Instituto Ensinar Brasil como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Ciências
Biológicas.

Orientador: Prof. Dr^a. Ana Paula Valentim Pereira

BANCA EXAMINADORA:

Ana Paula Valentim Pereira
Prof^aDr^a, Instituto Superior de Educação Da Serra

André Botelho
Prof. Dr., Instituto Superior de Educação da Serra

Viviane Lucas Silva Mansur Xavier
Prof^a Msc., Instituto Superior de Educação Da Serra

SERRA
2012

... É um momento de refletir e agradecer com singelos votos á minha família, aos professores e todos que contribuíram para que esse sonho se tornasse um objetivo á ser alcançado, não considero o fim de uma jornada e sim o começo para novos passos... Obrigado Senhor por tudo!

*"A inteligência é o farol que nos guia,
mas é a vontade que nos faz caminhar."
(Érico Veríssimo)*

RESUMO

A sexualidade talvez seja um dos temas que mais sofreu mudanças ao longo da história, resultando diversos pensamentos e comportamentos, devido os diferentes momentos históricos e culturais em que a sociedade se estabeleceu. Na perspectiva de que a orientação sexual na escola tem como função de construir identidades e orientar o aluno para uma vida saudável, optou-se por desenvolver este trabalho acadêmico nas escolas públicas do município de Serra- ES, tendo como público alvo os alunos da Educação para Jovens e Adultos (EJA) matriculados regularmente no ensino médio.

Utilizou-se um questionário do tipo fechado para avaliar o conhecimento por parte dos alunos sobre educação sexual, visto que é tema transversal obrigatório em todas as disciplinas e posteriormente ministraram-se palestras expositivo-dialógicas na tentativa de minimizar dúvidas sobre o assunto.

Percebeu-se que o tema considerado transversal é pouco discutido em sala de aula além de outras problemáticas interlocutoras no processo ensino-aprendizagem como a falta de apoio familiar, escolar e o descaso do governo. Torna-se necessário a preparação por parte dos professores e da escola abordando os temas transversais como eixo unificadores no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Sexual, Educação pra Jovens e Adultos, Questionário fechado, Palestra Expositiva.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
HISTÓRICO DA SEXUALIDADE.	4
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS (EJA).....	9
2 METODOLOGIA	15
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
4 CONCLUSÃO	20
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21
ANEXO	

1. INTRODUÇÃO

HISTÓRICO DA SEXUALIDADE

O ser humano desde seu surgimento é um ser sexual, os sentimentos e a curiosidade sobre a sexualidade sempre estiveram presentes na história do homem. Várias obras de arte da antiguidade retratam o corpo humano com ênfase nos órgãos genitais e estudos do filósofo Platão mostram que desde a Idade Antiga (4.000 a.C até 476 d.C) havia interesse na sexualidade, tendo o deus Eros como o responsável pelo desejo e atração dos seres. (FOUCAULT, 1997)

As questões de sexualidade se tornam foco na Idade Média, no período de 476 d.C até 1.453, principalmente com a preocupação devido à prática de masturbação, definida nesta época, como prazer solitário e desperdição do esperma, ou seja, a ejaculação só poderia ocorrer com a finalidade de procriação. Os indivíduos que realizassem este ato, chamados de hereges, eram julgados e podiam ser queimados na fogueira. A idéia de inquisição permaneceu nos séculos XII-XIII e todo o poder espiritual e do saber pertencia à Igreja Católica estabelecendo um sistema de repressão á masturbação. (NUNES, 1987)

Em (1712-1778), visto como importante filósofo teórico, Jean-Jacques Rousseau reconhece a masturbação como uma forma do ser humano expressar seu desejo sexual, porém foi intransigente na luta contra a autosatisfação, principalmente em crianças, visando os efeitos nefastos da masturbação. (WEREBE, 1998)

Em uma de suas obras –“Emile”- Rosseau descreve para os educadores sobre a condenação da masturbação frequente, fruto de uma imaginação fervente “Seria perigo que seu aluno aprenda a responder a seus sentidos e a supri r as ocasiões para satisfazê-lo; se ele conhecer uma vez este perigo, estara perdido”. (WEREBE, 1998, p.72)

Rousseau tinha o objetivo de combater a masturbação focalizando principalmente as crianças e preservando-as do "perigo" da sexualidade.

Sendo assim, aquelas que não participavam da prática de masturbação eram consideradas puras e exaltadas perante a sociedade. Mantinha as crianças desinformadas, toda informação destinada aos adultos, era separada do conhecimento das crianças. Ocorria também vigilância com as mulheres para assegurar a pureza, mas ao mesmo tempo, a prostituição era abundante e conseqüente aparece a preocupação com doenças venéreas devido à falta de informação e conhecimento (NUNES, 1987).

Podem-se ressaltar alguns valores morais que existiam antigamente, e eram rigorosamente aplicados:

A família em torno do sexo se cala. O casal, legítimo e procriador, ditam a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo no espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 1997, p.9-10).

Havia um modelo de repressão da sexualidade infantil, uma vez que só poderia ocorrer para a reprodução. Esse preconceito partiu da igreja visando a moral. Quem estivesse fora dos padrões pré-estabelecidos pela igreja e subsequente pela sociedade era considerado pecador e semmoral. (FOUCAULT, 1997)

As primeiras contribuições ao estudo da sexualidade humana, que abordou a sexualidade adulta e infantil foram feitas por Sigmund Freud considerado "pai da psicanálise". Ele foi o primeiro a apresentar uma visão positiva da masturbação, dizendo que as crianças eram dotadas de sexualidade desde o início da vida, e que estavam constantemente em busca de prazer (prazer inicialmente oral, depois anal e finalmente genital). O estudo da sexualidade passou a ter relevância a partir de seu trabalho "Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade" no ano de 1905. A partir desse marco inicial, uma série de estudiosos, pensadores e cientistas passaram a buscar mais conhecimento a respeito desses fenômenos psicanalíticos, comportamentais e biológicos (FOUCAULT, 1997).

As pesquisas de Sigmund Freud contribuíram para afirmar que a masturbação é considerada algo saudável em qualquer idade da vida humana, porém deve-se entender a diferença entre fazer e sentir-se seguro para praticar, ou aceitar que uma criança faça (NUNES, 1987).

De forma geral, a sexualidade talvez seja um dos temas que mais sofreu mudanças ao longo da história, isso devido ao padrão cultural dos diferentes momentos históricos. Essas modificações constituem o resultado dos diversos pensamentos da sociedade acerca da identidade e do comportamento social. (QUINTELLA, DIETRICH, 1992).

Alguns fatores foram influentes para tornar a sexualidade uma problemática como a falta de informação escolar, familiar e o descaso do governo ocasionando a dissipação de doenças sexualmente transmissíveis, altos índices de gravidez na adolescência e o aumento de pessoas infectadas pelo vírus da AIDS (MURARO, 1983).

Com o intuito de minimizar problemas desta ordem, em 1920 a França foi o primeiro país a criar uma Lei com o objetivo de proibir o aborto e fazer propagandas de anticoncepcionais além de contribuir no combate da masturbação e das doenças venéreas. Outro fator importante estabelecido foi a preparação da mulher para o exercício de esposa e mãe (SAYÃO, 1997).

Nas décadas de 70 e 80 aconteceram algumas revoluções quando mulheres sul-americanas, europeias e as norte-americanas fizeram movimentos feministas por vivenciar mudanças significativas em seu modo de ver, viver e ser, querendo tornar-se dignamente emancipadas com uma vida melhor, com segurança e sem violência. Pode-se dizer que almejavam a conquista da igualdade de direitos entre homens e mulheres, para garantir a participação da mulher na sociedade de forma equivalente à dos homens. Nesta mesma década também ocorriam grupos que pregavam o controle da natalidade devido à mudança de comportamento dos jovens a cerca da sexualidade. (BRASIL, 1998)

Esses fatores propiciaram a inclusão da temática sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio na década de 90 através de uma proposta oriunda do Ministério da Educação vinculada sob os Parâmetros Curriculares Nacionais. Conseqüentemente, a quantidade de trabalhos nas escolas sobre conscientização a respeito do tema tornou-se elevado, devido à preocupação dos educadores com os jovens sobre a incidência de gravidez indesejada e o risco de infecções com o vírus da AIDS, tendo em vista que a família tinha dificuldade e resistência em comentar sobre o assunto abertamente com os filhos. (BRASIL, 1998)

Nesta perspectiva, a orientação sexual deve ser trabalhada nas salas de aula de forma mais ampla, como tema transversal. O assunto deve ser transmitido de maneira democrática e pluralista, contribuindo para o bem-estar dos alunos na vivência de sua sexualidade atual e futura. (BRASIL, 1997)

Devido à escola ser um meio eficaz para transmitir educação, ciência e cultura, torna-se necessário uma abordagem sobre a educação sexual nas escolas, uma vez que os alunos quando chegam à puberdade não se identificam mais com seus pais e vão procurar em outros colegas vivências e experiências que necessitam nesse momento de sua vida. Assim, o aluno dá muita importância para os amigos no que se refere às conversas sobre sexualidade. Isso se deve ao fato de serem da mesma idade e assim, entenderem melhor os seus problemas (TONATTO; SAPIRO, 2002).

Portanto, o professor deve persistir na conscientização do aluno sobre os padrões de proteção, uma vez que:

O sexo sem uso do preservativo, mesmo que estes adolescentes declarem intenção em utilizá-lo, o desconhecimento dos riscos, a desinformação e a falta de programas de prevenção na maioria das escolas brasileiras, constituem-se em fatores promotores do aumento de adolescente portadores de HIV (CAMARGO; BOTELHO, 2007, p. 7).

Para Antunes (2002) é necessário os programas de orientação sexual devido à falta de conhecimento sobre o tema.

Uma prioridade na agenda de pesquisa de prevenção do HIV/AIDS é o desenvolvimento e a avaliação de programas que considerem os obstáculos sociais e culturais, em especial, as dificuldades vividas pelos rapazes e moças na fase da adolescência. (ANTUNES, 2002, p.94)

Um problema reconhecido devido a sua importância social é o fato de que o tema orientação sexual deveria ser mais exposto e discutido na formação do docente, para que o professor adquira um preparo melhor, repassando o assunto de forma segura para que o aluno absorva e mantenha as informações que serão usadas em seu cotidiano. Deve haver interesse e disponibilidade por parte do professor, além de ter respeito e paciência para ouvir as diferentes opiniões, ajudando o aluno a superar os seus limites, medos e tabus, assim como ser capaz de compreender a complexidade da sexualidade humana. (DINIS; ASINELLI-LUZ, 2007)

O currículo adequadamente construído deve atender as necessidades dos alunos e professores de compreender a sociedade na qual vivem, favorecendo o desenvolvimento de diversas capacidades, trazendo segurança ao expor conteúdos didáticos melhorando o entendimento e aprendizagem. (TONATTO; SAPIRO, 2002).

Nesse contexto, enfatiza-se a abordagem de conceitos relacionados à sexualidade que contribui para a ampliação do conhecimento e autoconhecimento do indivíduo, devendo ser discutido no sentido ético da convivência humana e suas relações, portanto é necessário incluir o tema orientação sexual em todas as disciplinas. (FIGUEIRÓ, 2006)

A abordagem desse tema pode ser influenciada por algumas falhas na instituição escolar, como exemplo, a precariedade em propostas metodológicas práticas e teóricas de ensino, inexistência de projeto pedagógico, falta de disponibilidade no desenvolvimento de projetos, onde neste último, necessita da participação dos pais e demanda tempo, ausência de formação e capacitação profissional no campo da sexualidade e da orientação sexual (BRASIL, 2000).

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS (EJA)

O histórico da EJA no Brasil inicia-se com a vinda da família real para o Brasil, com a implantação de um processo de escolarização dos adultos com o intuito de formar serviçais da corte e para cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. Com essa idealização, em 1854 surgiu a primeira escola noturna do Brasil para a alfabetização de trabalhadores analfabetos, sendo que, até 1874 já haviam 117 escolas, cada qual com fins específicos. (FRIEDRICH et al, 2010)

Em 1881 ocorreu um marco na construção da cidadania do Brasil com a criação da lei conhecida como “Lei Saraiva”. Esta teve como objetivo modificar a estrutura do sistema eleitoral com a proibição do voto de analfabetos por considerar que a educação era crucial no desenvolvimento do país. Tendo em vista essa idéia, o analfabetismo estava associado à incapacidade e a inabilidade, já que a educação estava ligada à ascensão social. (SOUZA, 2010)

Rui Barbosa, em 1882, afirmava que os analfabetos são incapazes de pensar por si próprios e se assemelham com crianças por conta disso. Nesse momento há uma grande exclusão da pessoa analfabeta juntamente com o preconceito. Enquanto a constituição republicana foi sendo construída, em 1891, o voto ficou restrito às pessoas letradas e com posses, garantindo na lei a discriminação e a desvalorização dos analfabetos. (STRELHOW, 2010)

Visando a solução deste problema, em 1915 formou-se a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, a fim de conseguir a obrigatoriedade do ensino primário. Com esse intuito, deve-se ressaltar a necessidade da política de Estado neste contexto. Além deste movimento, estava a Liga Brasileira de São Paulo fundada em 1916, e influenciada pela eclosão da primeira guerra mundial. Tinha entre seus objetivos a instrução militar e o combate ao analfabetismo. (ETHOS, 2005)

Surge então na década de 30 o Movimento Escola Nova, com a instauração do “otimismo pedagógico” com a intenção da reconstrução social do homem. Apesar de todo o esforço, o analfabetismo continuou elevado no Brasil nesse momento, já que a educação era voltada apenas para os filhos da elite. (ETHOS, 2005)

A partir de 1940, começou-se a detectar altos índices de analfabetismo no país, o que acarretou a decisão do governo de criar um fundo destinado à alfabetização da população adulta analfabeta. Isso acarretou a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), sendo solicitado aos países integrantes (e entre eles, o Brasil) que tomassem medidas para se educar os adultos analfabetos. Assim, em 1947, o governo lançou a 1ª Campanha de Educação de Adultos, propondo a alfabetização dos adultos analfabetos do país, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Abriu-se, então, a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. (CUNHA, 1999)

O SEA (Serviço de Educação de Adultos do MEC) elaborou e enviou, para discussão, aos SEAS estaduais, um conjunto de publicações sobre a temática para se educar jovens e adultos. A proposta era embasada na ideia de que o investimento na educação poderia ser uma solução para problemas sociais, e que o ensino de adultos era uma tarefa fácil, pois não necessitava de uma formação específica e ainda não havia necessidade de remuneração dos profissionais alfabetizadores por ser uma tarefa voluntária. A partir daí, então, iniciou-se um processo de mobilização nacional com a finalidade de discutir a educação de jovens e adultos no país (SOARES, 1996).

Muitas críticas foram feitas ao método de alfabetização utilizado, isso levou a um declínio da proposta, devido aos resultados insatisfatórios. Porém foram desenvolvidas diversas pesquisas e algumas teorias da psicologia que desmentiram a ideia de incapacidade designada ao educando adulto. Nesse contexto histórico, aparece o Educador Paulo Freire na delegação de Pernambuco que propôs uma maior comunicação entre o educador e o educando e uma adequação do método de ensino às características das classes populares para melhor aprendizado (SOARES, 1996).

A educação deve procurar desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, onde o homem aprende, escolhe e decide, libertando-o, em lugar de submetê-lo, domesticá-lo, ou adaptá-lo, como ainda faz com muita frequência a educação em vigor em um grande número de países do mundo. O homem ao mudar a sua realidade, também vai se transformando, na medida em que ele

se integra ao seu contexto e se compromete, vai construindo a si mesmo. (FREIRE, 1983)

Essa pedagogia humanizadora demonstra que dentro de um sistema de dominação, que castiga os menos favorecidos e atende os interesses da minoria, é necessária uma metodologia que conscientize e liberte tanto o opressor quanto o oprimido, oportunizando a este se enxergar como sujeito de sua história, buscando a melhoria das condições de vida e a garantia da sua produtividade. (FREIRE, 1983)

Ao final da década de 1950 e início da década de 60 no Brasil, iniciou-se uma intensa mobilização da sociedade civil, o que contribuiu para as mudanças das iniciativas públicas de educação de adultos. Uma nova visão sobre o problema do analfabetismo foi surgindo, junto à consolidação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, que tinha como principal referência Paulo Freire. Surgiu um novo paradigma pedagógico, o analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza, gerado por uma estrutura social não igualitária, desfavorecendo as classes sociais mais baixas, que por sua vez constituem a massa populacional do país. (SOARES, 1996)

Nesse contexto, foram iniciados programas assistencialistas e conservadores para a alfabetização de adultos. Dentro desse contexto, o Governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), voltado para a população de 15 a 30 anos, objetivando a alfabetização funcional, aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo (CUNHA, 1999).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71, implantou-se o Ensino Supletivo, sendo dedicado um capítulo específico para a EJA. Esta Lei limitou o dever do Estado à faixa etária dos 7 aos 14 anos, mas reconheceu a educação de adultos como um direito de cidadania, o que pode ser considerado um avanço para a área da EJA no país (CUNHA, 1999).

Segundo a LDB 5692/71, o ensino supletivo tem por finalidade: suprir, a escolarização regular para os adolescentes e adulto que não tenham seguido ou concluído os estudos na idade própria. (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001)

O ensino supletivo abrange, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação a ler, escrever e contar, a formação profissional o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos. O artigo 26 da LDB 5692/71 afirma que, os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e irão abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho, para efeito de habilitação profissional de 2º grau (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Nos anos 80, com a abertura política, as experiências paralelas de alfabetização, desenvolvidas dentro de um formato mais crítico, ganharam corpo surgindo os projetos de pós-alfabetização. Em 1970 é criado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobreal propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade". (CUNHA, 1999)

Em 1985, o MOBREAL foi extinto, apesar de ter iniciado suas atividades com o compromisso de dedicar-se à alfabetização de adultos, tornou-se uma superestrutura, expandindo-se por todo o país e ampliando o seu campo de atuação às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental tornando suas metas longe de serem atingidas. Surge em seu lugar, a Fundação EDUCAR, que abriu mão de executar diretamente os projetos e passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas existentes. Em 1988, foi promulgada a Constituição, que ampliou o dever do Estado para com a EJA, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos. (CUNHA, 1999)

Nos anos 90, o desafio da EJA passou a ser o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas. Em nível internacional, ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da

formação cultural da população, devido às conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (UNESCO), responsabilizada por incrementar a educação nos países em desenvolvimento. A partir dessa mobilização nacional, foram organizados os Fóruns Estaduais de EJA, que vêm se expandindo em todo o país, estando presentes, atualmente, em todos os estados brasileiros, com exceção de Roraima. (SOARES, 2004)

Na década de 90, o governo se desobrigou de articular a política nacional de EJA, incumbindo os municípios disso. Nesse momento, iniciativas foram emergindo, ocorrendo parcerias entre municípios, ONG's e Universidades. Surgiram Fóruns de EJA, como espaços de encontros e ações em parceria entre os diversos segmentos envolvidos com a área e com o poder público, administrações públicas municipais, estaduais e federais. (SOARES, 2004)

A partir de 1997, com o surgimento dos Fóruns, a história da EJA passa a ser registrada em um Boletim da Ação Educativa. De 1999 a 2000, os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação para discutir as diretrizes curriculares para a EJA. Além disso, a Secretaria da Erradicação do Analfabetismo instituiu uma Comissão Nacional de Alfabetização e solicitou aos Fóruns uma representação. Os Fóruns, portanto, têm sido interlocutores da Educação para Jovens e Adultos no cenário nacional, contribuindo para a discussão e o aprofundamento e melhoria do ensino da EJA no Brasil. (SOARES, 2004)

Dentre as escolas em geral, a EJA (Educação de jovens e adultos) pouco trabalha conteúdos sobre o assunto orientação sexual, sendo que um dos problemas que levam a isso é a pouca quantidade de material didático publicado no Brasil além da falta de preparo por parte dos professores (PIERRO, 2010).

Pode-se dizer que a educação sexual não surgiu na escola a partir dos PCN's, porém há de se identificar de que maneira este tema é reescrito na escola dentro do contexto histórico. A reinserção da orientação sexual na escola parece estar associada a uma mudança nos padrões de comportamento

sexual. Nos PCN's, a orientação sexual é entendida como sendo de caráter informativo, com um efeito de intervenção no interior do espaço escolar. É concebida algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida. Fala-se em necessidade básica, em potencialidade erótica do corpo, em impulsos de desejo vividos no corpo, sobre o que os sujeitos, principalmente os adolescentes, precisam ser informados sendo necessário abordá-lo em todas as disciplinas como tema transversal (ALTMANN, 2001).

A orientação sexual na escola deve ser entendida como um objetivo a ser alcançado a partir da transmissão de informações problematizando questões relacionadas à sexualidade, incluindo postura, crenças, tabus e valores. Dessa forma, o trabalho a ser desenvolvido na escola deve “propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa”. (BRASIL, 1997, p.28)

A importância de se trabalhar com Orientação sexual para Jovens e Adultos, baseia-se no fato de ser um assunto pouco trabalhado na escola, já que é considerado essencial para sociedade, tendo em vista a valorização do indivíduo, tanto em aspectos biológicos quanto sociais. Além disso, o tema abordado também pode ampliar o conhecimento dos alunos, assim como a maturidade e o auto-cuidado, para que possa ser comparado com os demais fatos do cotidiano, conscientizando-os.

Para que Jovens e Adultos, dentro de instituições de ensino, obtenham informações sobre as questões que envolvem sexualidade, saúde e bem estar, este trabalho acadêmico visa apresentar conteúdos sobre educação sexual e averiguar se este tema é levado à sala de aula pelo professor a partir do conhecimento dos alunos.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado em escolas do município da Serra/Es, com alunos do Ensino Médio, utilizando-se de uma amostra de 236 alunos da EJA.

A visita técnica às escolas foi considerado um passo importante no processo, pois, para Maichin (2006) a visita escolar é um recurso que permite vivenciar os fundamentos prévios, uma vez que se propõe compreender o cliente em seu mundo. Portanto, a compreensão do ambiente contribuirá para o sucesso na pesquisa.

Durante esse processo, é fundamental realizar a pesquisa bibliográfica onde, de acordo com Lima e Miotto (2007), é uma das etapas da investigação científica que ajuda na planificação do trabalho, pois representam uma fonte indispensável de informações, podendo orientar as indagações. Portanto, este fator é indispensável para dar suporte à formação do trabalho acadêmico.

Outra ferramenta utilizada no processo de ensino-aprendizagem foi a aplicação de questionário do tipo fechado (Anexo A) para alunos do ensino médio da EJA, em que os respondentes expuseram suas idéias limitando-se em um rol de alternativas com uma folha de resposta (Anexo B). Amara, Póvoa e Macedo (2009, p. 3), afirmam que “o questionário é um instrumento de investigação visando recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo”, podendo medir com melhor exatidão o que se deseja. Dessa forma, a obtenção dos dados estatísticos foi observada, procurando conhecer na realidade, se o tema orientação sexual é levado para sala de aula na Educação para Jovens e Adultos.

Utilizou-se também de palestras expositivas (Anexo C), como recursos informativos, a fim de reforçar o conhecimento sobre o tema. De acordo com Fernandes (1998), a palestra é necessária por demonstrar conteúdos básicos, de forma que se transforme em expositivo-dialogada, na qual o aluno é ativamente envolvido tendo a possibilidade de esclarecer dúvidas e expor sentimentos.

Tendo em vista que o lúdico foi uma ferramenta motivadora e fundamental para o aprendizado, pode ser usada como estímulo na construção do conhecimento humano. Nesse contexto, destacou-se a necessidade de transmitir o conhecimento de educação sexual através de palestras expositivas, uma vez que o conteúdo sobre o tema é pouco abordado em sala de aula. (KISHIMOTO, 2001)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa, 73,30% dos alunos apresentam um companheiro, e por isso é importante destacar o uso correto dos padrões de proteção para evitar as DST's e o papel da escola nesse contexto para desenvolver a conscientização. Para Figueiró (2006), é de extrema importância trabalhar os conceitos de sexualidade em sala, visando que a escola tem o papel de facilitar, fomentar e integrar a transversalidade de modo contextualizado sobre a sexualidade.

A abordagem sobre (DST's) nas escolas tem como função a de transmitir o conhecimento acerca de todos os aspectos do tema, além de tornar-se um meio de refúgio para muitos alunos, já que depois da fase da adolescência o indivíduo se vê independente e não se identifica mais com a família. A pesquisa realizada determinou que 90,25% dos alunos disseram ser importante falar de orientação sexual e DST's nas escolas. Tonatto e Sapiro (2002) concordam com a idéia, pois a escola engloba as questões de educação, ciência e cultura. Como o aluno busca outros veículos de informação, a escola pode desenvolver a conscientização.

Determinou-se que 82,63% dos alunos entrevistados, conhecem alguma característica típica de uma DST, porém, vale ressaltar que elas podem ser confundidas com outras doenças ou até mesmo não apresentar sintomas. Alguns fatores podem contribuir para a sua expansão, como a falta da informação escolar, familiar e o descaso do governo. (MURARO, 1983)

A quantidade de alunos que afirmaram a eficácia do uso de preservativo em relação às DST's é de 92,8%, porém isso não significa que eles fazem a utilização desse meio de prevenção na vida sexual. Para Camargo e Botelho (2007), não basta o indivíduo ter a intenção de utilizar o preservativo se não possui o conhecimento dos riscos de contaminação e tratamento, para dessa forma empregar os ensinamentos á sua vida cotidiana.

Como afirma Costa (1998), ocorre preconceito a cerca da sexualidade muitas vezes pela falta de conhecimento das formas de transmissão das DST's. Essa afirmativa torna-se verdadeira neste trabalho devido à quantidade de alunos (60,2%) terem preconceito e falta de informações no que diz respeito à contaminação com o vírus HIV, especificadamente através do uso de banheiro, copo ou talher de um indivíduo soropositivo. Por mais que os alunos conheçam as formas de contaminação, os dados das pesquisas podem ter sido estabelecidos por apresentarem preconceito contra as pessoas que possuem o vírus.

Observou-se que 61,0% dos investigados pouco conhecem as formas de transmissão das DST's, por exemplo, acreditam na impossibilidade de adquiri-las através do sexo oral. Logo, é necessário que esse assunto seja mais elucidado como tema transversal, na alternativa de dinamizar o conhecimento. Conforme o Brasil (1997), a postura, crenças, tabus e valores dos alunos são próprios, cabendo à escola moldar o senso comum obtido por tal cultura quando as informações forem errôneas.

A maioria dos alunos (93,7%) julga ser verdadeira a utilização de seringas ou agulhas como forma de contágio do vírus HIV. Os dados também determinam que 83,9% acreditam no tratamento da mulher grávida portadora deste vírus para evitar a transmissão para o bebê. Contudo, ambas as informações podem não ter sido adquiridas cientificamente e sim repassadas de geração a geração pelo conhecimento empírico. (BRASIL, 1997)

Percebeu-se que 79,2% não fazem acompanhamento de exames preventivos em alguma unidade de saúde, tampouco exames de sangue para detectar o HIV (78,0%). Essa afirmação determina uma possibilidade de tais pessoas apresentarem algum tipo de doença ou até mesmo ser portador do vírus HIV, uma vez que 68,2% não usaram preservativo nos últimos seis meses nas relações sexuais. Portanto, é impreterível uma educação focada na prática do exame Papanicolau e de sangue, tendo em vista que são indispensáveis para detectar a existência de contaminação por alguma DST's. (INCA, 2002)

Verificou-se que 79,7% dos alunos afirmaram a necessidade de trabalhar a orientação sexual nas escolas, visto que, segundo Brasil (1998), há uma resistência da família na abordagem do tema que juntamente com a escola poderá minimizar a quantidade de pessoas infectadas.

O desenvolvimento da palestra expositiva teve como função esclarecer as dúvidas do educando e despertar a curiosidade, conscientizando-os. Fernandes (1998) enfatiza que a palestra se faz necessária por demonstrar conteúdos básicos onde o aluno é ativamente envolvido.

4.CONCLUSÃO

O trabalho de conclusão de curso sobre Orientação sexual para Jovens e Adultos possibilitou uma reflexão sobre o quanto é necessário levar esse tema para sala de aula, sendo um tema transversal pouco abordado. A família e o educador são primordiais na orientação do aluno para uma vida sexual saudável, contribuindo de forma positiva no crescimento e na formação dos indivíduos. Nessa perspectiva a educação sexual interfere de modo satisfatório, transmitindo informações sobre sexualidade em uma abordagem natural, quebrando medos e tabus.

Os temas transversais atuam como eixo unificador, porém podem-se perceber através da falta de conhecimento dos alunos, que eles não estão sendo trabalhados de modo coordenado em todas as disciplinas. Ocorre descaso por parte dos professores e da instituição que não levam a risca a necessidade de se tratar os mesmos, aparecendo de forma descontextualizada nas aulas prejudicando a formação dos alunos.

Verificou-se que os alunos da EJA têm a concepção sobre o quanto é importante falar sobre Orientação sexual na escola e das consequências que podem ser causadas por não seguir determinados padrões. Contudo, é perceptível que eles não usufruem do conhecimento no cotidiano, podendo acarretar um nível maior de casos ao que se refere às doenças sexualmente transmissíveis.

Outro aspecto visualizado é a influência do senso comum no processo-aprendizagem substituindo o conhecimento científico por informações falsas, dificultando a construção do novo saber a ser formado na sala de aula. Nessa visão, o professor contribui para moldar o conhecimento prévio dos alunos a fim de fornecer respaldos aos questionamentos, desenvolvendo uma consciência crítica e reflexiva acerca da sexualidade.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. ed. 5. Campinas: Papyrus, 1987.

QUINTELLA, Ary; DIETRICH, Di. **Sexualidade**. São Paulo: Saraiva, 1992.

SOARES, Leôncio José Gomes Soares. A Educação de Jovens e Adultos. Momentos Históricos e Desafios Atuais. **Presença Pedagógica**. v.2 n.11 set/out de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Introdução aos parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: à vontade de saber**. v.1, ed. 13, Rio de Janeiro: Graal, 1997.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários In: AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Introdução aos parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERNANDES, H. L. Um naturalista na sala de aula. *Ciência & Ensino*. Campinas, Vol. 5, 1998.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução: discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC. **Salto para o futuro**: Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural/ orientação sexual. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ALTMANN, Helena. Orientação nos parâmetros curriculares nacionais. **Estudos feministas**. v.9, n.2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>

Acesso em: 27 outubro 2012.

KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 229-245, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22/11/2012.

PIERRO, Maria Clara di.; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagrão. **Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, v.1, n.55, novembro/2001.

TONATTO, Suzinara; SAPIRO, Clary Milnitsky. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 163-175, jul/dez. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a09.pdf>> Acesso em 11 outubro 2012.

ANTUNES, Maria Cristina et al. Diferenças na prevenção da Aids entre homens e mulheres jovens de escolas públicas em São Paulo. **Saúde Pública**, v. 36, n.4, São Paulo, agosto, p.94, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102002000500013&script=sci_arttext> Acesso em: 19 novembro 2012.

INCA, Ministério da Saúde (MS). Instituto Nacional do Câncer. **Câncer do colo do útero**, 2002. Disponível em: <www.inca.gov.br> Acesso em: 16 novembro 2012.

SOARES, Leôncio José Gomes. . O surgimento dos fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e interferir. **Alfabetização e Cidadania**, São Paulo, n. 17, p. 25-35, maio de 2004.

ETHOS, INSTITUTO. São Paulo, Setembro de 2005.

MAICHIN, Vanessa. Visita escolar: **Um recurso do psicodiagnóstico interventivo infantil**. PUC, SP, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.psicoexistencial.com.br/arquivos/visita_escolar.pdf> Acesso em: 21 maio 2012.

FIGUEIRÓ, M.N.D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas, SP: Mercado das Letras; Londrina: Eduel, 2006.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

CAMARGO, Brígido V.; BOTELHO, Lúcio J. Aids, sexualidade e atitudes de adolescentes sobre proteção contra o HIV. Rev. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 7, fev. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 novembro 2012.

DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar**, Editora UFPR, Curitiba, n. 30, p. 77-87, 2007.

AMARO, Ana; PÓVOA, Andréia; MACEDO, Lúcia. **A arte de fazer questionários**. Porto: Universidade do Porto, 2009. 10 f.; p.3, Disponível em:<<http://www.jcpaiva.net/getfile.php?cwd=ensino/cadeiras/metodol/20042005/894dc/f94c1&f=a9308>>. Acesso em: 22 setembro 2012.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Ana M. C.; BENITE, Claudio R.M.; PEREIRA, Viviane S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010

PIERRO, Maria di Clara. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.** Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

STRELHOW, Thyeles B. Breve História sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010 - ISSN: 1676-2584.

SOUZA; AZEVEDO, Felipe. A lei saraiva e o devir da cidadania.

Documentação e Memória /TJPE, Recife, PE, v.2, n.3, 73-93, jan./dez.2010.

ANEXOS